



DECISÃO

Termo: DECISÓRIO

Feito: RECURSO ADMINISTRATIVO

Referência: PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2024

Recorrente(s): ALEXANDRE ALTOBELE COSTA PEREIRA.

Razões: CONTRA DECISÃO QUE HABILITOU A LICITANTE D.E.A. CALÇADOS LTDA E VERTENTES MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA.

Recorrida: PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E RECREATIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

1 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Para o conhecimento de recursos administrativos é necessário o atendimento dos pressupostos de admissibilidade, os quais, conforme doutrina predominante, se dividem em pressupostos intrínsecos e extrínsecos. A partir dessa divisão, e sob a ótica do Direito Administrativo, tem-se que são pressupostos intrínsecos: o cabimento, o interesse recursal e a legitimidade para recorrer; e pressupostos extrínsecos: a tempestividade e a regularidade formal.

Constata-se dos autos que o recurso apresentado pelo licitante ALEXANDRE ALTOBELE COSTA PEREIRA contempla na integralidade os pressupostos de admissibilidade acima elencados, razão pela qual dar-se-á seu efetivo processamento.

2 – RAZÕES RECURSAIS DO LICITANTE ALEXANDRE ALTOBELE COSTA PEREIRA.

O licitante ALEXANDRE ALTOBELE insurgiu-se contra a decisão da pregoeira que habilitou a licitante D.E.A. CALÇADOS LTDA e VERTENTES MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, argumentando discordâncias quanto ao item 1, 2, 3, 5, 6 e 22 do certame.

3 – CONTRARRAZÕES

Não houve a apresentação de contrarrazões no prazo estabelecido.

4 – BREVE SÍNTESE

Observamos que na etapa de Lances, a Recorrida D.E.A. CALÇADOS LTDA foi a Empresa que ofereceu a melhor proposta para os itens 1 e 22.

Já, para os itens 2, 3, 5, 6 a Empresa que ofereceu a melhor proposta foi VERTENTES MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA.

Por força disto, a Recorrente interpôs recurso, alegando em síntese que *"[...] o fornecedor DAE Calçados, a bola Magussy Futsal 500 da Magussy, não atende as especificações do Edital, em número de Gomos, camada interna, câmara, entre outros"*.

Para embasar sua fundamentação, apresentou tão somente algumas imagens do item, retiradas da internet.

É a síntese do necessário.

5 – DECISÃO

Consoante lição de Hely Lopes Meirelles¹, a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, não havendo, na Administração Pública, liberdade nem vontade pessoal.

E por força destes aspectos, prudente frisar que enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei, expressamente, autoriza.

¹ Direito Administrativo Brasileiro, 37ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011, p. 89;

Ademais, e de acordo com os ditames constitucionais em vigor, para o particular vale a regra de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei². Outrossim, já para a Administração Pública, toda e qualquer ação que se pretenda praticar deve estar fundamentada no sistema legal, conforme artigo 37, caput, Constituição Federal de 1988³.

Neste sentido, ainda, conforme os ensinamentos do Especialista em Direito Administrativo e Mestre em Políticas Sociais, Professor Matheus Carvalho, acerca do princípio da legalidade⁴.

[...]

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme **determina a lei**, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas – desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da **Subordinação à lei**. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

[...]

Dito isto, e vencidas as fases de admissibilidade, razões e requerimento do recurso, e prazo das contrarrazões, passa-se à análise das argumentações recursais apresentadas pela Recorrente.

Todavia, antes de adentrar no mérito das alegações da Recorrente, demais não é lembrar que a finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa, desde cumpridas às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

Ato contínuo, passamos a análise do recurso interposto, o qual podemos dizer desde já, não merece prosperar.

² CRFB – Artigo 5º, inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

³ CRFB – Artigo 37. Caput. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá **aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

⁴ Manual de Direito Administrativo. Salvador-BA: Editora jusPODIVM, 5º ed. 2018. P.67.

Frisamos que por ser questão de ordem técnica quanto ao produto licitado, as insurgências apresentadas pela Recorrente, serão analisadas, conforme razões apresentadas pela Secretaria Licitante, no ato do recebimento do objeto.

Em que pese o inconformismo do Recorrente, frisamos que por não haver a exigência de amostras dos itens licitados em fase pretérita, as discordâncias / falhas / e/ou não atendimento aos critérios / especificações constantes no Edital, serão fiscalizadas no ato da entrega do Material.

Ato contínuo, se for constatado que o Material a ser entregue pela vencedora de cada item questionado, bem como de outros itens licitados, não atenderem as especificações exigidas no instrumento convocatório, serão tomadas as medidas legais cabíveis, podendo inclusive, caso qualquer empresa não cumprir as exigências do Edital, ser desclassificada, ocasião que o item em desconformidade será repassado ao segundo colocado.

Diante disso, entendo que os atos praticados pela pregoeira estão regulares, de modo que o desprovimento do recurso é a medida de rigor.

5 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, após detida análise da manifestação de interposição de recurso, em cumprimento aos princípios que norteiam a Licitação e a Administração Pública decido **CONHECER** do recurso interposto e, no mérito, negar-lhes provimento.

Intimem-se.

Cordilheira Alta/SC, 02 de julho de 2024.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal